

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor.

O SR. CARLOS MINC - Estou concluindo, Sr. Presidente. Vamos avançar com dados objetivos. Será que o Governador de São Paulo está perseguindo a PM? Será a PM assinou um TAC contra ela própria? Vamos ter um pouco mais de informação e consciência.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para discutir a matéria, tem a palavra o Deputado Rodrigo Amorim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, é para discutir ou para encaminhar pela liderança?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para discutir.

O SR. RODRIGO AMORIM (Para discutir a matéria) - Ok, senão, ia pedir para o Deputado Capitão Paulo Teixeira encaminhar pela liderança do PSL. Nós nos coadunamos nessa pauta voltada à segurança pública, à restauração da ordem, em que pese a vigilância do Deputado Carlos Macedo, mas abra o olho, Deputado.

Sr. Presidente, venho aqui ratificar as palavras do Deputado Alexandre Knoploch e dos demais Deputados que defendem a pauta da segurança pública. Quando assumi o mandato nesta Casa, me comprometi a defender incondicionalmente as forças de segurança e o que vejo nesta tarde, mais uma vez, é a tentativa dos partidos de esquerda de diminuir cada vez mais as prerrogativas das nossas forças de segurança, sobretudo da Polícia Militar, que, mais uma vez digo, é a nossa última fronteira com o caos.

Lembro que os mesmos Deputados que propõem, com permissão da palavra, essas aberrações são aqueles que defendem a desmilitarização da Polícia Militar, são aqueles que defendem o enfraquecimento das nossas tropas, são aqueles que defendem, cada vez mais, a perda de direitos funcionais de uma tropa que já é tão sofrida, que merece ter seus salários aumentados, ter suas promoções efetivadas.

Precisamos, em vez de discutir esse tipo de matéria, Sr. Presidente, discutir algo que propus aqui e que estou reiterando: por exemplo, a correção da distorção que é um policial militar receber o valor fixo de 100 reais a título de auxílio-transporte. Muitas vezes, o policial sai de um município para outro, distante, para cumprir, dentro do regime militar, sua tarefa no horário, com disciplina. Infelizmente, essas distorções têm acontecido e não vejo ninguém desse grupo se levantar para proteger os policiais nesse sentido.

Não existe no nosso ordenamento, Sr. Presidente, a hipótese de se criar, como bem salientou o Deputado Márcio Gualberto, prova contra si próprio. O que pretende o PSB neste momento? Lembro que são os mesmos que ingressaram com ação requerendo que, nas favelas do Rio de Janeiro, a Polícia não entrasse durante a pandemia, o que nos leva hoje a um aumento da mancha criminal nessas localidades. As pessoas de bem, que são a maioria esmagadora, estão, infelizmente, entregues nas mãos da marginalidade simplesmente porque esse mesmo partido decidiu, por conta própria, que a Polícia não poderia mais atuar numa parcela do nosso Estado.

O que percebemos, como bem destacou o Deputado Alexandre Knoploch, é uma nítida perseguição, uma inquisição às nossas forças de segurança. Felizmente, somos maiores. Nós vencemos a eleição em 2018, fruto do resultado das urnas, que quiseram que o conservadorismo prevalecesse, que as forças de segurança prevalecessem. Hoje, temos tamanho na Assembleia Legislativa para impedir que essas atrocidades acabem atingindo as forças de segurança. Estou ao lado das forças de segurança, ao lado dos policiais. O meu voto é contrário a esse projeto.

Deputado Carlos Minc, o que defende policial é uma 40 carregada na cintura e apontada para a cara do vagabundo que ousar afrontar o Estado, o policial militar ou civil e as nossas forças de segurança.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Mônica Francisco.

Estão inscritos os Deputados Waldeck Carneiro e Martha Rocha.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Capitão Paulo Teixeira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Ok. Deputada Mônica Francisco.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO (Para discutir a matéria) - Obrigada, Sr. Presidente. Quero parabenizar o Deputado Carlos Minc, autor do Projeto. Já quero, também, pedir coautoria.

Sr. Presidente, Deputado Carlos Minc e demais Deputados e Deputadas, precisamos desmistificar uma série de questões em relação à discussão sobre as polícias no Brasil e, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro. Precisamos falar mais sobre segurança pública. Até porque segurança pública não se resume à ostensividade, ao confronto. Segurança pública está em todas as determinantes sociais para a existência em sociedade, desde a iluminação pública até a presença de uma saúde a contento de toda a população.

Quando nós reduzimos o debate da segurança pública à ostensividade e confronto, nós, até, estamos atentando contra a inteligência dos próprios profissionais da segurança pública, que podem falar muito melhor do que nós. E nós temos tantas e tantos aqui, incluindo uma ex-secretária de Polícia Civil.

O Projeto do Deputado Carlos Minc é muito importante. Nós precisamos puxar pela memória e lembrar que, para além da defesa dos próprios profissionais da ponta da segurança pública, aqueles que estão, no caso das polícias militares, na ostensividade, nós tivemos um caso solucionado, um dos casos de maior repercussão tanto no Brasil quanto fora. Foi o caso Amarildo. O GPS da viatura foi fundamental para a resolução do caso do Amarildo, por exemplo.

Então, para além da defesa que coloca aqui o Deputado Carlos Minc, para resguardar as próprias e os próprios profissionais da segurança pública, imaginem o que um sistema de vídeo nas viaturas pode trazer também de elucidação de atos daqueles que cometem ilícitos, utilizando a prerrogativa de terem uma farda, de terem fé pública.

Nós defendemos também incondicionalmente as favelas em relação às operações, porque houve uma diminuição em 70% das mortes nesses espaços. Quando nós estamos falando de projetos como esse, de desmistificar a discussão sobre as forças de segurança, desmilitarização das polícias, nós estamos falando que precisa abrir essa caixa preta. Nós precisamos discutir, de maneira muito profunda, tocando em feridas muito dolorosas, que não se cicatrizaram ainda. Porque a Polícia Militar, sobretudo, não se democratizou. E esta Casa tem a obrigação de discutir. Nós temos uma sociedade racista que exprime o seu racismo nas suas instituições. E as polícias não estão incólumes a isso. Nós precisamos discutir.

Isso não quer dizer, quando nós discutimos o racismo nas escolas, que nós somos contra o profissional de educação. Quando nós discutimos racismo nas instituições, nós não somos contra os profissionais dessas instituições. Nós estamos discutindo relações sociais que precisam, de fato, coadunar com o Estado Democrático de Direito. Nós não estamos atacando uma categoria profissional. Nós estamos atacando um problema frontal, de uma polícia que mais mata no Brasil, que é a polícia do Estado do Rio de Janeiro. E é aquela que mais morre também.

Nós vamos continuar enxugando o gelo? Nós vamos continuar contando mortos? Nós vamos continuar assistindo, nos jornais televisivos, à morte de profissionais da segurança pública, de pessoas inocentes e apostando na lógica belicista do confronto, dos ódios reiterados? É isso que esta Casa quer continuar fazendo?

O Projeto do Deputado Carlos Minc e projetos que dão conta desse mesmo tema nos fazem essa provocação. Esta Casa não pode ficar somente na lacração ou nos termos mais candentes para poder

chamar a atenção. Nós precisamos chamar a atenção atuando na defesa da vida, também e principalmente dos profissionais e das profissionais de segurança pública, assim como nós temos discutido sobre os profissionais de saúde.

As mesmas medidas, por exemplo, foram tomadas por polícias fora do Brasil, como as americanas, e as de São Paulo. Se o policial ou a policial quer agir de forma clandestina, isso dá conta que não faz por merecer estar vinculado ou vinculada a essa instituição. Então, acho que precisamos discutir. É difícil para nós, latinos e latinas, discutir sem paixão. É muito difícil; é um exercício. Mas precisamos trazer essa discussão e garantir que ela seja feita com o mínimo de respeito à inteligência das pessoas.

Há uma discussão muito profunda de intelectuais, de profissionais da Segurança Pública, que estão produzindo conhecimento sobre o tema para pensar de que maneira não temos uma distorção de atuação dos oficiais e da tropa, de modo geral. A Polícia é que mais brutaliza no Estado brasileiro. Não podemos mais silenciar sobre isso nesta Casa quando o mundo inteiro discute a brutalidade das polícias. Não podemos.

Não pode uma criança de 4, 5, 6 anos, moradora da periferia, dizer: "Eu tenho medo que a Polícia me mate".

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputada.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Precisamos mudar esse quadro; precisamos mudar essa lógica. Precisamos discutir, mesmo com muita dificuldade em discutir sem paixões, mas trazer um Projeto como esse e a provocação dessa discussão é fundamental.

Então, todo apoio ao Projeto que é muito importante e oportuno. E reiterar o bem-sucedido caminho da DPF, que garantiu. Que pena que a DPF veio depois dos 70 tiros na casa do João Pedro e da morte desse adolescente de 14 anos, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Waldeck Carneiro, por gentileza. Estão inscritos os Deputados Martha Rocha, Capitão Paulo Teixeira e Alexandre Freitas.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Deputado Flávio Serafini, Sr. Presidente.

A SRA. RENATA SOUZA - Deputada Renata Souza, Sr. Presidente.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quis me inscrever para participar deste debate, em primeiro lugar, para cumprimentar a iniciativa do Deputado Carlos Minc. Os mandatos do Deputado Minc na Assembleia Legislativa são uma das páginas mais virtuosas do Parlamento fluminense, portanto, quero ressaltar mais essa boa iniciativa de S.Exa. Aproveito para lembrar também que se trata de um Projeto que busca aprimorar uma lei de outro grande parlamentar, já citado pelo Deputado Minc, o Deputado Gilberto Palmares, que teve passagens também muito brilhantes pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. E quero, em segundo lugar, dizer que aqui, na Assembleia Legislativa, não tem Deputados que defendem a segurança pública e Deputados que atacam a segurança pública. Aqui, na Assembleia Legislativa, temos Deputados e Deputadas que debatem a segurança pública por perspectivas diferentes. Há Deputados e Deputadas que se dedicam, que fazem o debate da segurança pública entendendo que pode haver uma relação entre segurança pública e políticas de cidadania, de direitos humanos, de valorização dos profissionais, homens e mulheres, das polícias do Rio de Janeiro. E há outros que debatem a segurança pública com ênfase na bala e na porrada. Ou seja, então não há quem defenda e quem ataque a segurança pública. Há quem veja a segurança pública com olhares diferentes.

E entre os que veem a segurança pública prioritariamente como atividade de matar, uma atividade de esculhambar, não se dão conta ou fingem que não se dão conta de que esse método, de que essa estratégia, com pouca inteligência, com pouco planejamento, com pouca tecnologia e com pouca informação tem produzido não só mais violência, mas inclusive o fracasso retumbante das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Não obstante o fato de nós termos, tanto na Polícia Militar, quanto na Polícia Civil, quadros do maior valor, gente muito qualificada: homens e mulheres que são bons profissionais.

Entretanto, a lógica, a diretriz, a concepção prevalente nas últimas décadas - não é um problema do último ano ou dos últimos cinco anos -, tem sido essa que tem gerado mais violência e tem gerado um fracasso absoluto das políticas de segurança no Rio de Janeiro.

O Deputado Carlos Minc pretende apenas, digamos, aprimorar a lei de 2009, dialogando até com tratativas formais, que é um termo de ajustamento de conduta, o TAC, não é uma conversa de boteco, são tratativas formais, no caso, celebradas entre a própria Polícia e o Ministério Público Estadual. O Projeto do Deputado Carlos Minc busca aprimorar a lei de 2009, no sentido de consagrar na lei, portanto, esses elementos e esses avanços das negociações que foram feitas pela própria Polícia Militar.

É bom não esquecer que o Projeto proporciona - e este é um argumento central, me parece decisivo, inclusive, para entender o Projeto -, uma proteção para o próprio agente de Segurança Pública, para os homens e as mulheres que fazem o trabalho na Polícia Civil ou Militar, de maneira correta, de maneira rigorosa, seja em relação à sua conduta profissional, seja em relação à observância da lei; seja para esses policiais - que eu quero crer que sejam a grande maioria em ambas as polícias - uma proteção. Aqui, como já se disse, muitas vezes, o policial é instado a...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço para concluir, por favor, Deputado.

O SR. WALDECK CARNEIRO - É instado a agir em função de circunstâncias muito adversas em que ele se encontra. Isso estará documentado, estará registrado. Mas, por outro lado, não podemos esquecer nem mencionar por hipocrisia que nós também temos graves problemas de abuso de violência praticados por agentes de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Só no primeiro semestre de 2020, quem diz isso é o Instituto de Segurança Pública, a média é de quase cinco pessoas mortas por dia decorrentes de operações policiais. Em geral, nos territórios de pobreza.

Então, este Projeto é importante, aperfeiçoa uma lei que está em vigor, que dá proteção à sociedade como um todo e dá proteção aos próprios agentes policiais da Polícia Militar, da Polícia Civil. Eu quero, portanto, cumprimentar o Deputado Carlos Minc e, na verdade, descartar do meu ponto de vista qualquer tentativa que não existe, que não está posta, de perseguição ou discriminação a priori em relação à Polícia neste Projeto. Ao contrário, é um Projeto que a protege.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA - Presidente, eu sei que as ponderações do Deputado Jorge Felipe Neto são importantes, mas eu quero pedir uma atenção especial de V.Exa. e, também, do Deputado Alexandre Knoploch e do Deputado Rodrigo Amorim.

Este Projeto iniciou na Casa no ano de 2015, quando eu era presidente da Comissão de Segurança Pública. Na Comissão de Segurança Pública o Relator foi o Deputado Paulo Ramos, que emitiu voto em contrário. O Deputado Zaquie Teixeira emitiu voto em separado, tornando o parecer favorável e, ao oferecer uma Emenda e nesta Emenda ele diz que o Estado poderá instalar as câmeras no uniforme, ele considera obrigação no que se refere às viaturas e torna facultativo no que se refere aos uniformes. E esse voto foi vencido e eu fui uma das pessoas que acompanhou o voto do Deputado Paulo Ramos.

Este Projeto na sua essência, por ser do ano de 2015, ele se refere à Comissão de Segurança Pública e se refere à Defesa Civil. E na Defesa Civil, quando se faz a ponderação da Defesa Civil, obrigatoriamente se tem que ouvir a Comissão de Defesa Civil. E a Comissão de Defesa Civil era presidida pelo Deputado Flávio Bolsonaro, que, no seu parecer, deu parecer favorável. Ele teve o cuidado - estou externando inclusive que o meu parecer foi contrário - de estabelecer o limite do uso dessa imagem.

Ele delimitou a designação de um órgão específico para receber essas imagens. Ele delimitou que deveria especificar as responsabilidades quanto ao custo dessa operacionalização, da implantação desse sistema. E ele também disse que a cessão dessas imagens só poderia ser feita através de autorização judicial.

Eu só estou fazendo esse limite, porque eu me sinto desconfortável nos dois ambientes: eu me sinto desconfortável quando alguém diz que os policiais têm que sair da clandestinidade. Os policiais não estão na clandestinidade. Eles exercem, e exercem bem, a sua função. Os que estão praticando atos de desvio devem ter o mesmo tratamento previsto em lei. E eu não vi ninguém se referir à área da saúde dizendo que essas pessoas estão na clandestinidade.

Portanto, os operadores da área da saúde também tinham que ter a sua câmera. Se queremos mais demonstração de desvio praticado, então, vamos à área da saúde. E por que não fazemos? Porque respeitamos os profissionais da área da saúde. Aliás, não foi nenhum profissional da área da saúde; foi o gestor que veio de fora que praticou as irregularidades. Da mesma forma, se eu estivesse aqui votando pela transparência, eu não poderia ser tachada de aliada de qualquer bandido.

Temos que trazer essa conversa para o plano do equilíbrio, do respeito, do diálogo. É esse o papel que tem que ser assumido por esta Casa, que não é à toa está na sua ducentésima Sessão Extraordinária.

Presidente, eu quero lamentar que nesse momento não vejo aqui o Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia. Considerando que esse projeto é de 2015, considerando que lá se vão 5 anos, considerando que hoje nós temos uma estrutura nas polícias diferente da que existia no momento da sua apresentação, eu quero fazer a ponderação a de que nós possamos realizar rapidamente uma audiência pública com a Secretaria da Polícia Militar, com a Secretaria da Defesa Civil, com a Secretaria da Polícia Civil, que só ao seu segmento da coordenadoria de operações especiais é determinado o uso da câmera.

Faço ainda um pedido aos meus companheiros de plenário: que nós sejamos capazes de dialogar sem destilar essa questão, porque é uma guerra de narrativas. Isso não serve para nada, não constrói pontes nem faz com que nós sejamos capazes de decidir com o equilíbrio que a importância desse caso requer.

Então, quero ponderar, mesmo não sendo Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, mas como parlamentar que atua nesse tema, que realizemos uma audiência pública antes que o processo venha. Imagino que esse projeto receberá inúmeras emendas e talvez a audiência possa servir para debatermos as emendas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Martha, parabéns e parabéns. Deputado Capitão Paulo Teixeira.

O SR. RODRIGO AMORIM - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A Deputada Martha citou e se dirigiu a mim. Peço a V.Exa. que me conceda 30 segundos ao final.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Ao final.

O SR. RODRIGO AMORIM - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Ok

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Presidente, quando se fala em segurança pública no Rio de Janeiro, nós devemos ter um cuidado enorme porque, como eu já disse anteriormente, não se sabe no Rio de Janeiro o que nós vivemos. É tudo, menos violência urbana. Não se sabe se isso aqui é terrorismo, se nós vivemos numa guerrilha urbana. É uma guerra totalmente irregular, que vale um case em todas universidades mundiais que estude o caso.

Aqui constatamos uma anomalia. Não temos como falar em segurança pública querendo comparar, por exemplo, a polícia do Rio de Janeiro com a de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, da Bahia, muito menos de Washington, de Paris, de Londres, de Tóquio e de tantos e tantos outros países.

Sr. Presidente, a situação aqui é uma anomalia. Aqui nós temos, de um lado, uma polícia civil ou militar armada com fuzil calibre 762 e com pistola 9mm e, do outro lado, nós temos o quê? Terroristas armados com M-16, AK-47, lança-rojão, para derrubar helicóptero e aeronave, e granada de todo o tipo.

Deputado Rodrigo Amorim, quem quiser tomar conhecimento das pesadas armas usadas aqui no Rio de Janeiro acesse, por exemplo, um vídeo - convide o Deputado Rodrigo Amorim para, ao final da Sessão, assistir a esse vídeo - em que um grupo cultural fez uma apologia, dentro de uma comunidade, sob a visão de diversas crianças, com um carro carregado de poderosas armas. Aquela cultura, entre outras, é cultura do inferno.

Pessoas de bem, pessoas de família jamais aceitariam conviver com um armamento pesado como aquele que foi ali, simplesmente, glamorizado, naquela cultura, naquele tipo de música, à vista dos moradores e de crianças inocentes. Ali é um protótipo, é uma pequenez do que tem se espalhado pelo Rio de Janeiro. Hoje, estão até proibidas as operações policiais, facilitando a criação de diversos bunkers no Rio de Janeiro inteiro.

Sr. Presidente, câmera no uniforme do policial não vai servir para nada, em hipótese alguma. Eu gostaria até que - quem sabe, um dia? - pudéssemos criar uma comissão de Deputados para participar de uma operação policial dentro de um caveirão. Eu sou o primeiro a ir, a qualquer lugar eu vou, não tenho medo de nada. Eu participaria dessa Comissão e, in loco, mostraria para as pessoas que quisessem também dela participar - de ONGs, de todos os tipos de grupos - como é a ação de um policial no meio de uma comunidade, levando tiro, granada, com bombardeio de tudo quanto é lado. Não há nem como a câmera filmar porque é escuro, é tudo escuro. Ou seja, é um gasto exorbitante e desnecessário para o falido Estado Brasileiro.

Sr. Presidente, o uso das câmeras nos uniformes começou a ser utilizado em 2014 nos Estados Unidos. Nos recentes eventos que ocorreram e estão ocorrendo nos Estados Unidos, há outro debate: até que ponto as câmeras podem ser utilizadas? Por quê? Já há especialistas dizendo que as câmeras estão filmando o rosto de vagabundos que estão enfrentando a polícia nas manifestações chamadas democráticas. Quem vai controlar essas imagens? Se eu estou numa rua, num evento desses, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputado.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Já estou concluindo.

Imaginem se eu estou numa rua, num evento desses, e do outro lado há um bando de jovens que levanta meio-dia com a mãe dizendo: "Filhinho, acorda para tomar café". Ele acorda para depois ir para a rua defender atos democráticos com coquetel molotov e pedaços de pau na mão. É evidente que eu não vou apontar o fuzil para ele, vou apontar a minha câmera, que vai ficar filmando a caravana de todo mundo. Depois, grupos e organizações vão à Polícia Militar e ao Ministério Público querendo saber de quem são as caras. O policial, o Capitão Paulo Teixeira, capitão do Exército Brasileiro, ficou ali só filmando.

É um problema...